

**Letícia Santana Gomes**

Universidade Federal de  
Ouro Preto – Ufop

E-mail:

[leticiasantanag@gmail.com](mailto:leticiasantanag@gmail.com)

**Samara Mirian Coutinho**

Centro Federal de Educação  
Tecnológica de Minas Gerais  
– Cefet-MG

E-mail:

[samaramirian88@gmail.com](mailto:samaramirian88@gmail.com)



Este trabalho está licenciado sob  
uma licença [Creative Commons  
Attribution 4.0 International  
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

**Copyright (©):**

Aos autores pertence o direito  
exclusivo de utilização ou  
reprodução

ISSN: 2175-8689

## O ofício do invisível: uma análise da presença de mulheres na obra História das livrarias cariocas de Ubiratan Machado até a década de 1970

*The craft of the invisible:  
an analysis of the presence of women in  
Ubiratan Machado's História das livrarias  
cariocas until the 1970s*

*Le métier de l'invisible:  
une analyse de la présence des femmes dans  
l'Histoire des livrarias cariocas d'Ubiratan  
Machado jusqu'aux années 1970*

Santana Gomes, L., & Mirian Coutinho, S. O ofício do invisível :  
uma análise da presença de mulheres na obra História das  
livrarias cariocas de Ubiratan Machado até a década de 1970.  
Revista Eco-Pós, 27(2), 254–277. [https://doi.org/10.29146/eco-  
ps.v27i2.28245](https://doi.org/10.29146/eco-ps.v27i2.28245)

## RESUMO

No trabalho propõe-se a mapear e analisar a presença das mulheres, na principal fonte histórica já compilada sobre livrarias brasileiras, em *História das livrarias cariocas* (2012), Machado, até a década de 1970. Breve panorama do cenário no período estabelecido que tem como marco o Estatuto da Mulher Casada que vigorava até 1962. Identificamos uma exposição da atividade livreira no Rio de Janeiro, a partir de uma narrativa histórica com relatos de casos corriqueiros e personalidades que frequentavam os estabelecimentos. Sessenta e cinco mulheres mencionadas nominalmente, pesquisadoras, escritoras, esposas, viúvas proprietárias, familiares, atendentes e atuantes em outros ofícios. As tipologias de Ribeiro (2020) foram utilizadas para analisar o apagamento sistemático desses agentes. Questionamentos advindos do feminismo decolonial que ratificam o modos patriarcal nos circuitos livrarias.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Livrarias; Mulheres livreiras; Mercado editorial; História das livrarias; Apagamento.*

## ABSTRACT

The work proposes to map and analyze the presence of women, in the main historical source already compiled on Brazilian bookstores, in *History of carioca bookstores* (2012), Machado, until the 1970s. Brief overview of the scenario in the established period that has as a landmark the Statute of Married Women that was in force until 1962. We identified an exhibition of bookselling activity in Rio de Janeiro, based on a historical narrative with reports of common cases and personalities who frequented the establishments. Sixty-five women mentioned by name, researchers, writers, wives, widows, owners, family members, attendants and those working in other jobs. Ribeiro's (2020) typologies were used to analyze the systematic erasure of these agents. Questions arising from decolonial feminism that ratify patriarchal ways in bookstore circuits

**KEYWORDS:** *Bookstores; Women booksellers; Publishing market; History of bookstores; Erasure.*

## RESUMEN

El trabajo se propone mapear y analizar la presencia de la mujer, en la principal fuente histórica ya recopilada sobre las librerías brasileñas, en *Historia de las librerías cariocas* (2012), Machado, hasta la década de 1970. Breve panorama del escenario en el período establecido que tiene como objetivo. un hito el Estatuto de la Mujer Casada que estuvo vigente hasta 1962. Identificamos una exposición de la actividad librera en Río de Janeiro, a partir de una narración histórica con relatos de casos comunes y personalidades que frecuentaban los establecimientos. Sesenta y cinco mujeres mencionadas por su nombre, investigadoras, escritoras, esposas, viudas, propietarias, familiares, asistentes y quienes trabajan en otros trabajos. Se utilizaron las tipologías de Ribeiro (2020) para analizar el borrado sistemático de estos agentes. Cuestiones surgidas del feminismo decolonial que ratifican modos patriarcales en los circuitos de librerías

**PALABRAS CLAVE:** *Librairies ; Femmes libraires ; Marché de l'édition ; Histoire des librairies ; Effacement.*

Submetido em 14 de maio de 2024.

Aceito em 13 de agosto de 2024.

## Introdução

O universo dos livros é composto de múltiplos agentes; do autor ao leitor uma vasta gama de profissionais são fundamentais para a produção e circulação das obras. Um profissional, mais especificamente, salta aos olhos: o/a livreiro/a. Situado no polo mais comercial do Mercado dos bens simbólicos (Bourdieu, *passim*), observa-se que tal figura passa por um apagamento estrutural nos estudos contemporâneos sobre livro e leitura. Acreditamos que isso ocorre por ser uma profissão não regulamentada, sem cursos de formação institucionalizados e pela dificuldade de rastrear tais agentes, uma vez que as livrarias estão suscetíveis à interrupção de suas atividades. Sem profícuos registros – como um catálogo, no caso de uma casa editorial, pesquisar livrarias é se deparar com poucas fontes sobre funcionamento, funcionários, acervo e redes de sociabilidade.

Se o ofício e a livraria já passam por tal invisibilização, mais complexa é a situação das mulheres que atuam em tal mercado, sejam como proprietárias ou atendentes. Por meio do ensaio *Subnarradas: mulheres que editam* (2020) de Ana Elisa Ribeiro que compreendemos o apagamento sistemático imputado às profissionais do livro. A autora aborda a questão das mulheres-editoras sujeitas a tal invisibilização, perpassando, também, o caso de escritoras em um período anterior. Muitas das inquietações vão ao encontro das nossas, ao traçar um paralelo com as livreiras: “[...] de onde partiram essas mulheres? Que obstáculos visíveis e invisíveis superaram? Desde quando e como?” (Ribeiro, 2020, p. 7)

A história e os vestígios dessas mulheres — sejam como atendentes, artistas, escritoras e proprietárias de livrarias — são fundamentais para entendermos o campo literário-livreiro sob a perspectiva de gênero. Em seu ensaio, Ribeiro (2020) traça tipologias que nos permitem analisar o nível de invisibilização destas quando nos propomos a investigar a área:

[...] inenarradas (sobre quem nada ficou registrado, sem vestígios), as apagadas (sobre quem os vestígios foram, deliberadamente ou não, omitidos ou desprezados), as subnarradas (sobre as quais algo ficou registrado, mas que exige muito esforço de pesquisa) e as seminarradas (sobre as quais algo acessível já se registra e que se pode conhecer com menos investimento). (Ribeiro, 2020, p. 56).

Em busca de parte dessas respostas e de compreendermos tal apagamento no campo livreiro, propomos levantar e analisar a presença das mulheres na principal fonte histórica já compilada sobre livrarias brasileiras, *História das livrarias cariocas* (2012), o livro do pesquisador Ubiratan Machado. Nessa obra, encontramos um extenso panorama da atividade livreira no Rio de Janeiro (RJ), a partir de uma narrativa histórica com relatos de casos corriqueiros e personalidades que frequentavam os estabelecimentos. As livrarias eram — e ainda são, porém em menor medida — importantes “centros de atividades intelectuais e de sociabilidades literárias” (Bapstini, 2017, p. 10).

No livro localizamos discussões desde o fim do século XVII até os primeiros anos do século XXI, começando pelo livro antes da existência de livrarias e os tempos da Corte (sediada no Rio de Janeiro) até 1822. Após a *independência* do país, Ubiratan Machado narra a história das livrarias entremeando personalidades e eventos que ocorreram nestes espaços. Os subtópicos destacam livrarias de maior renome com seus casos e personagens, e pequenos excertos sobre livrarias menores, explicitando as suas redes de sociabilidades. Observando-as, podemos inferir que, nessas redes, a presença da mulher em postos de destaque era uma exceção à regra, e também que suas participações não foram narradas com maior vagar.

## 1 A questão sobre o gênero

Diante de um cenário e de um contexto social e político em que se ofuscou a figura da mulher, pretendemos, em paralelo, trazer alguns questionamentos que até hoje suscitam o campo editorial e livreiro. Afinal, foram homens, brancos, participantes na constituição do(s) campo(s), que carregam os seus nomes selados na história da edição e das livrarias, e embora sejam extremamente importantes na consolidação do(s) campo(s), não deve ser eximida a necessidade de equidade de gênero nesta e em diversas esferas da sociedade.

Por isso, um dos objetivos com esta pesquisa é o de possibilitar que essas mulheres, silenciadas, possam, de alguma forma, desvelar os possíveis gestos decoloniais realizados desde o século XVIII, no intuito de trazer questionamentos sociais e políticos à pesquisa. A intenção é de que possamos também analisar a obra *História das livrarias cariocas* com a lente decolonial.

Apesar de não ser o objetivo primordial deste artigo, trazer a perspectiva decolonial pode nos auxiliar a (re)pensar as práticas que até hoje sustentam e perpetuam essa falta de equidade no campo. Para isso, é importante deixar elucidado o que foram práticas colonialistas. Segundo Paola Bachetta (2015), são condutas mobilizadas por forças internas e externas que perpetuam o colonialismo — entendido como um conjunto de discursos cristalizados, de poder e de prática — e que se manifestam em diversas esferas, tais como, econômicas: extração de recursos naturais; institucional: poder do Estado, das instituições; temporal: imposição de um tempo e de espaço; social: normas, heterossexualidade imposta; cultural: língua, arte, literatura; afetiva: estímulo a determinados sentimentos sobre o eu e sobre o mundo; cognitiva: imposição de certa inteligibilidade – difusão de um conhecimento colonial.

A partir do pesquisador peruano Anibal Quijano (2005), percebe-se a presença da *colonialidade do poder*, que se apoia no conceito de raça como o instrumento mais eficaz de dominação social inventado, produto da formação da América desde 1492, do capitalismo e imposto até hoje. Maria Lugones (2020), a partir do conceito de *colonialidade do poder*, propõe a noção de *colonialidade do gênero*: “Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de *colonialidade do gênero*. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de ‘feminismo descolonial’” (Lugones, 2014, p. 941).

Para isso, denomina feminismo decolonial:

[...] aquele que começa a tomar consciência do sistema de gênero baseado na dicotomia humano-não humano e na redução das pessoas e da natureza em coisas para o uso do homem e da mulher eurocentrados, capitalistas, burgueses, imperialistas (Lugones, 2020a, p. 95).

Ressalta-se, portanto, o ponto imprescindível de sua perspectiva teórica: a experiência de mulheres colonizadas não é apenas racial, mas de uma determinação sexual. É a constatação do lugar colocado pela colonialidade da mulher no papel de não humana: “[...] eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial” (Lugones, 2014, p. 936). Mais além, reflete que não era meta dos colonizadores transformar colonizados em seres humanos. À vista disso, reitera-se a noção de

---

<sup>1</sup> Não há uma posição unânime nas traduções para o português quanto ao uso de decolonial e descolonial. Optamos por utilizar o termo *decolonial* para enfatizar a distinção em descolonizar (verbo) e o sentido decolonial de uma luta contínua, não finalizada.

colonialidade não apenas em relação à classificação racial, mas como um atravessamento subjetivo, de autoridade e de controle sobre o sexo.

Ora, a história do livro e da edição no Brasil foi marcada por traços de colonialismo desde o século XVI, com forte censura, perseguição de ideais nacionais, contrabando de livros e de agentes. Com relação às mulheres que estavam diante desse cenário opressor, várias dessas camadas de colonialismo podem ser observadas, como iremos apontar com os dados obtidos no livro *História das livrarias cariocas*.

Dessa forma, diante dessas questões, acrescentamos outro desafio a ser questionado, denominado pelo filósofo congolês Mudimbe (2013) de Biblioteca Colonial. Como professor e autor de obras sobre a cultura africana, apresenta, no livro *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento, diversas críticas à forma eurocêntrica pela qual a África é apresentada, decorrente de uma invenção do Ocidente*. Como não é o objetivo apresentar a extensa problematização que o filósofo faz em seu livro, partimos para a definição que nos é cara: a de *biblioteca colonial* propriamente dita. Esse conceito está ligado a um conjunto textual produzido no Ocidente representando a África e os africanos e que serviu de base para a produção de um saber teórico, mas prático sobre a África, constituído como um *Outro* absoluto. Para Mudimbe (2013, p. 117), biblioteca colonial seria:

[...] o conjunto de enunciados emanados de distintos grupos de observadores externos que acabaram por constituir 'regimes de verdade' e servir de recurso de autoridade de uma 'razão etnológica' amplamente empregada na interpretação das realidades africanas – inclusive por africanos (Mudimbe, 2013, p. 117).

Trazemos essa perspectiva da biblioteca colonial africana para se desvelar o que nos foi dado ou importado da visão de Brasil imposta pelos portugueses, como de outros inúmeros europeus. De certa forma, há toda uma biblioteca e arsenal *do conhecimento* eurocêntrico atribuído, sobretudo quando se tem na história do Brasil a vinda da Corte Portuguesa para o território tupi. É comum, portanto, tanto na África, como no Brasil, o *discurso do missionário* e o *discurso dos viajantes e exploradores*, elaborados a partir do século XV, e, posteriormente, o *discurso etnológico* dos antropólogos no Período Colonial, fundados em concepções etnocêntricas e racistas de uma suposta superioridade cultural ocidental.

Conforme Mubimbe “[...] as formações discursivas na África ou noutro local não constituem genealogias escuras de saberes e conhecimento, oferecendo antes índices de dissensões de ordem intelectual e epistemológica que demonstram aculturações fabulosas” (Mubimbe, 2013, p. 263). Com o conceito de *biblioteca colonial*, procuramos trazer exemplos de descentramentos de saberes, já que a visão de Brasil, por exemplo, foi dada por uma perspectiva colonizadora eurocêntrica.

Adiante, seguimos o nosso olhar sobre a obra de Ubiratan Machado, esmiuçando como e quando as mulheres apareceram nesses poucos registros historiográficos.

## 2 O cenário livreiro até 1970

Para este artigo, mapeamos as menções feitas às mulheres desde o início da narrativa até a década de 1970. Esse recorte é pautado, principalmente, por uma observação de ordem jurídica: até o ano de 1962, vigorava o Estatuto da Mulher Casada, outro marco colonizador, traço da colonialidade do poder e do gênero, já comentados. No Estatuto, a mulher não podia exercer determinadas profissões ou possuir empreendimento sem autorização do marido. Para o mapeamento da obra, observamos o índice onomástico e, posteriormente, selecionamos todos os excertos com menções diretas e indiretas às mulheres. Das 1.811 (mil e oitocentas e onze) menções nominais totais, apenas 213 (duzentas e treze) são mulheres, incluindo pesquisadoras da área, agentes do campo livreiro e das redes de sociabilidade (escritoras, intelectuais, familiares). Destas, 65 (sessenta e cinco) figuram nas primeiras 328 (trezentas e vinte e oito) páginas que retratam o cenário livreiro do Rio de Janeiro até a década de 1970. As demais, 148 (cento e quarenta e oito), aparecem nas 159 (cento e cinquenta e nove) páginas finais do livro. Vejamos a Tabela 1 e Gráfico 1 para melhor compreendermos o que está posto.

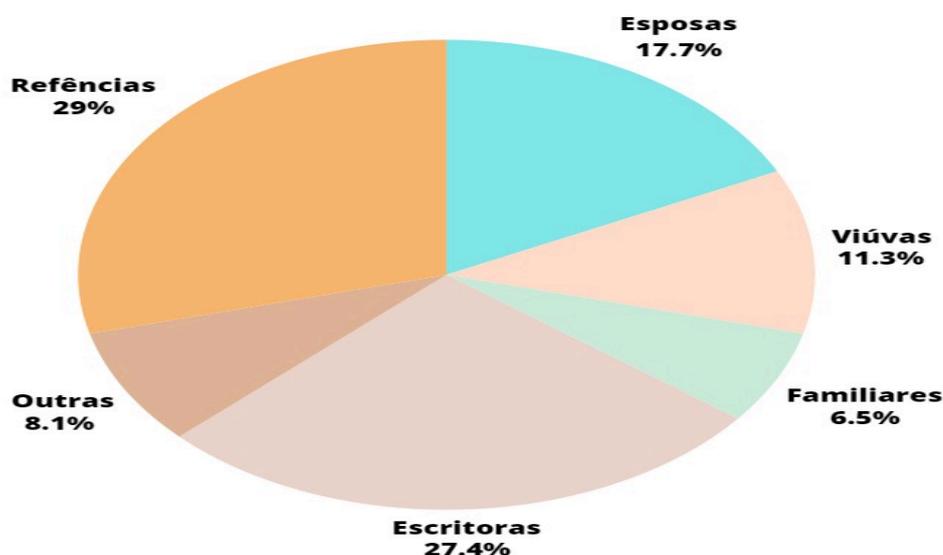
**Tabela 1** - Divisão por gênero

Total	Homens	Mulheres
1811	1589	213

Mulheres até 1970 (328 p.)	Mulheres após 1970 (159 p.)
65	148

Fonte: Elaboradas pelas autoras (2024).

**Gráfico 1 - Divisão por função laboral**



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

A narrativa se inicia com *O livro antes das livrarias*, discorrendo sobre a vida comercial no Rio de Janeiro no final do Século XVII e XVIII. A venda de impressos era centrada nas mãos dos jesuítas, sendo majoritariamente de folhinhas — de porta e de bolso — e itens religiosos. Apesar da censura “episcopal, a inquisitorial e a régia” (Machado, 2012, p. 16), em um “longo período de interdição à publicação de impressos no Brasil” (Abreu, 2010, p.41) os livros circulavam com certa tranquilidade e baixo risco, uma vez que a demanda por esses não era expressiva e não há na História grandes registros de apreensão: “os interessados em livros leram tudo o que quiseram ler” (Machado, 2012, p. 17).

Quando a corte portuguesa chegar ao Brasil, Machado aponta uma cidade com 50 mil (cinquenta mil) habitantes e um comércio bastante incipiente, são “apenas 126 lojas - sendo

quatro as livrarias: as de Francisco Luís Saturnino da Veiga, Manoel Jorge da Silva, João Roberto Bourgeois e Paulo Martin Filho” (Machado, 2012, p. 21). Nesse período, as livrarias comercializavam artigos variados como se fossem *armarinhos* e o livro era apenas um objeto em meio a tantos outros itens. Com a demanda de maior infraestrutura para a Corte e com a presença de muitos estrangeiros, o comércio começa a se fortalecer e as livrarias duplicam em quantidade. José Mindlin (2008) aponta a importância da vinda da família real para o Brasil, uma vez que o país era bastante relegado ao ostracismo com os embargos portuários e de publicações:

Destaco duas medidas que me parecem da maior importância: a abertura dos portos e a instalação da Imprensa Régia, duas janelas que abriram o Brasil para o mundo, do ponto de vista político e cultural. A primeira decisão foi de efeito imediato; a segunda, de resultado um pouco mais tardio, pois a Imprensa Régia visou, inicialmente, apenas à publicação dos atos oficiais, mas em curto espaço de tempo passou a publicar obras que abrangeram quase todos os campos do conhecimento (Mindlin, 2008, p. 19).

Com a leitura decolonial sendo feita hoje, percebe-se que, apesar da vinda da Corte ter estimulado as produções impressas, houve um cerceamento significativo do tipo de documentos e uma continuidade à lógica portuguesa. Marcada, também, pela implementação da *biblioteca colonial*.

O monopólio da Imprensa Régia deixou de vigorar em 1821, mas a evolução do mercado livreiro, seja pelos maquinários, seja pelos índices de alfabetização, foi morosa. Como reflete Carlos Alexsandro de Carvalho Souza na tese *Diferenciação, digitalização e marketplace: transformação das práticas dos agentes construtores do campo da oferta varejista editorial brasileira* (2022), até a década de 1930, a venda de livros era majoritariamente centrada nas mãos de estrangeiros que importavam livros, e posteriormente de editores-livreiros, concentrados principalmente nas cidades de São Paulo (SP), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ) devido aos movimentos de imigração e maior concentração populacional. Em 1930, deu-se início a um processo de maior nacionalização do objeto livro.

Na “primeira infância da indústria do livro” (Batista, 2017, p. 65), o livreiro era quem fazia a edição, a impressão e a venda dos exemplares. O Brasil, devido aos impactos de sua colonização e do capitalismo tardio, passou no início do século XX por processos similares aos da França em séculos passados, explicitados por Chartier: “Primeiro se é livreiro, primeiro se é

impressor e, porque se é livreiro ou gráfico, se assume a função editorial”. Segue afirmando que: “o livreiro-editor dos séculos XVI, XVII ou XVIII define-se inicialmente pelo seu comércio.” (Chartier, 1998, p. 53). Os livros, inicialmente importados, passaram a ser produzidos no país ocasionando a fusão dessa tríade, a qual pautou o nascedouro de muitas livrarias, tipografias e casas editoriais, gerenciadas principalmente por estrangeiros que vieram para o país buscando uma nova vida. Nosso histórico de livreiros, portanto, é fundamentalmente marcado pelo estrangeirismo.

Na era Vargas (1930-1945), com a criação do Conselho Nacional de Educação e do Instituto Nacional do Livro, Souza (2022) aponta que houve mudanças significativas nas estruturas educacionais, fomentando políticas que visavam diminuir o analfabetismo, uma melhor estruturação de Universidades e a ampliação do número de bibliotecas. A demanda por livros didáticos e técnicos-científicos foi uma mola propulsora para o mercado editorial-livreiro. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) também foi um fator que reverberou no país, ao deslocar o eixo de referência do mercado da França, Inglaterra e Portugal para os Estados Unidos. Nesse país, o livro já era um bem de consumo de massa, processo que ocorreria posteriormente no Brasil com a diminuição da elitização do livro e o aumento da acessibilidade, com a criação de redes de distribuição para fora dos três principais centros intelectuais. O período também foi relevante para a consolidação de São Paulo como polo editorial-gráfico-livreiro, pois “se afirmou como centro industrial da América Latina responsável pela produção de 70% do material de leitura impresso no Brasil a partir da segunda guerra mundial. O setor gráfico cresceu 143% na década de 1950” (Souza, 2022, p. 78).

A modernização industrial, o aumento de leitores, a expansão do poder de compra com mais empregos e a evolução no sistema de distribuição fizeram com que o mercado editorial-livreiro passasse para um estágio de maior autonomia, no que Souza (2022) categoriza como “T2 (1947-1990) - Diferenciação e profissionalização das práticas dos agentes econômicos no campo da oferta varejista: as corporações editoriais” (Souza, 2022, p. 62). O pesquisador entende que esse segundo estágio do mercado é marcado pelo “desenvolvimento dos mercados culturais sob o prisma da sociedade de massas” (Souza, 2022, p. 66), uma vez que há intenso crescimento nas mídias como rádio, TV, cinema, além de uma maior demanda por impressos,

sejam os periódicos, seja o livro. As profissões começaram a se autonomizar e especializar, aos poucos desfazendo a estrutura tripla de editor-livreiro- impressor.

O varejo de livros passou, assim, de um estágio mais familiar e personalista para um modelo de maior porte com a entrada de lojas semelhantes às lojas de departamento já utilizadas nos Estados Unidos. Nessas, o próprio consumidor manuseia os itens e os leva ao caixa, configurando o autosserviço. Os atacadistas tornaram-se figuras importantes para a cena, caminhando para um modelo de distribuição mais semelhante ao que encontramos na atualidade. Esse breve panorama do cenário do livreiro-editorial do período que estamos analisando — até a década de 1970 — é importante para compreendermos o contexto em que se deram as menções às mulheres que serão elencadas no próximo tópico.

### 3 As mulheres na obra

A primeira mulher mencionada na obra, *Francisca Xavier de Barros*<sup>2</sup>, aparece quando o historiador discorre sobre o segundo livreiro que figura na obra: Francisco Saturnino da Veiga. O motivo da nomeação é o seu casamento com a “moça de boa família e excelentes recursos financeiros. O casamento é realizado em 1795 ou 1796” (Machado, 2012, p. 27, grifo nosso)<sup>3</sup>. Francisca é uma personagem importante pois é genitora dos dois primeiros livreiros nascidos no Brasil, João Pedro Ferreira da Veiga e Evaristo Ferreira da Veiga. Depois de sua morte, seu dote foi dividido entre os filhos que seguiram o caminho profissional do pai. A história da família Veiga, dispersa ao longo de dois capítulos, também traz o nome da esposa de um dos filhos: “Naqueles dias, recém-casado com a senhorita *Ideltrudes Maria d'Ascensão*, Evaristo Ferreira da Veiga resolve se estabelecer por conta própria, separando-se do irmão.” (Machado, 2012, p. 46, grifo nosso).

No livro há vários casos de mulheres mencionadas pelos seus casamentos ou pelo parentesco com algum livreiro que tem sua história vastamente narrada. Outro exemplo, é localizado nas páginas 57, 58 e 59, quando é relatada a história dos irmãos alemães Eduardo e Henrique Laemmert, responsáveis pela Livraria Universal e a Tipografia Laemmert. Esses foram expoentes na gênese do mercado editorial-livreiro-tipográfico brasileiro. Em um

<sup>2</sup> Como um dos nossos objetivos é narrar a histórias dessas mulheres, optamos por deixar seus nomes em itálico para destaque.

<sup>3</sup> Todo o subtópico versa sobre o livro de Ubiratan Machado (2012).

primeiro trecho é citado o casamento de Eduardo: “[...] só se casa em 1836, com *Isabel Helena do Amaral*, filha do português José Pereira de Sousa Cabal e da carioca *Helena Maria Benedita do Amaral*. Como é comum à época, o noivo tem mais do dobro da idade da esposa, ele 37 anos e ela dezoito.” (Machado, 2012, p. 58, grifo nosso). Na página seguinte figura o casamento de Henrique “Em 1850 — ano do casamento de Henrique com *Maria Babette Franz* —, o negócio é transferido [...] passando a chamar-se Tipografia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert.” (Machado, 2012, p. 59, grifo nosso). Nota-se que a referência à Maria Babbete é sucinta e apenas nominal. A família Laemmert volta à narrativa na página 111, com a menção à filha de Henrique Laemmert que falece precocemente, motivando o pai a voltar para seu país de origem apesar do sucesso do seu empreendimento: “Na década de 1880, o prestígio da Laemmert é imenso, apesar das mudanças internas na administração”. Segue: “A primeira ocorre em 1876, quando a empresa passa a ser dirigida por Henrique Laemmert. Naquele ano, entristecido com a morte da filha, *Guilhermina Rosa* (1844-1876), Eduardo retira-se para a Alemanha.” (Machado, 2012, p.111, grifo nosso).

Uma história mais aprofundada é encontrada na página 83, sendo a mais detalhada até esse momento na obra. O relato é sobre um caso trágico que ocorre no clã dos Guimarães, enriquecidos pelo comércio de livros:

Em 1867, o tribuno português José Vieira de Castro chega ao Rio de Janeiro, com a intenção declarada de se casar com uma herdeira rica. Freqüentador da colônia lusa, passa a cortejar *Claudina Adelaide Guimarães*, de quinze anos, filha do comendador Antônio Gonçalves Guimarães. Claudina corresponde e o namoro anda a galope. Em março de 1867, a jovem carioca e o brilhante orador português se casam, fixando residência em Lisboa. Leviana e esperta, apesar da pouca idade, Claudina torna-se amante de José Maria de Almeida Garret, sobrinho do escritor das *Viagens pela Minha Terra*. Como sempre, o marido é o último a saber. Em maio de 1870, quando descobre a traição, Vieira de Castro mata a esposa e entrega-se à justiça, sendo condenado a quinze anos de degredo na África. Em 1871, parte para Angola. No ano seguinte, falece em Luanda, de uma ‘febre fulminante’.” (Machado, 2012, p.83, grifo nosso).

O relato de infidelidade e feminicídio demonstra como a estrutura patriarcal funcionava à época, em certa medida, ainda semelhante com o que encontramos na atualidade, visto a vultuosa quantidade de relatos de mortes de mulheres por ciúmes de seus parceiros. A diferença fica na maneira como o assassino é punido. Outro caso vinculado aos ciúmes é encontrado quando tem-se o relato da vida do alfarrabista de João Martins Ribeiro, vejamos:

“Vive como se estivesse em sua aldeia. Muito ciumento. Sua esposa, a portuguesa *Maria Rosa Pereira*, com quem se casou em 1882, fica quarenta anos sem sair de casa. Sozinha, não pode receber nem mesmo os parentes homens.” (Machado, 2012, p. 184, grifo nosso). Mais uma vez, a recorrência da colonialidade de poder e de gênero, cujas mulheres são tratadas como não-humanas, tal como reflete Lugones (2020).

Uma prostituta aparece em destaque na obra, inclusive com a foto de uma ilustração sua no livro. Chama-se Colombiana e aparece na narrativa sobre Francisco Alves:

À noitinha, depois de trabalhar duro e humilhar uma dúzia de pessoas, aprecia um bom vinho e a vida galante. É assíduo frequentador das francesas[...]. Durante muito tempo divide a cama com a *Colombiana*, uma celebridade da vida boêmia carioca (Machado, 2012, p. 113, grifo nosso).

Francisco Alves é uma figura controversa, pois ergueu a maior livraria do final do século XIX, mas é sempre apontado como uma pessoa de difícil trato. Quando constrói a livraria de três andares leva outra amante, Maria Dolores Braun para morar com ele. Anos depois, quando falece, em 1917, “deixa à *Maria Dolores Braun*, que conhecera em 1890 ou 1891, e em cuja companhia vivera desde então, ‘a quantia de quinhentos mil-réis enquanto for viva’, tão irrisória que a Academia aumenta-a para dois contos de réis.” (Machado, 2012, p.143, grifo nosso). Apesar de ser chamada de amante pelo autor, compreendemos que a relação de tantos anos se configurava como um casamento, porém não formalizado. Percebe-se, portanto, as camadas interseccionais pelas quais se somavam os (maus) tratos às mulheres. O imaginário da amante, da prostituta, era motivo de apagamento social.

A avareza do livreiro com sua esposa não é um caso isolado. Na página 120, encontramos uma menção à esposa de Garnier, falecido em 1893: “Para a mulher com quem viveu maritalmente, durante muitos anos, deixa apenas oitenta contos de réis, além da casa onde moravam”. Continua o relato: “a fortuna de quase sete mil contos vai para o irmão, Hippolyte, o maior livreiro parisiense, podre de rico.” (Machado, 2012, p. 121). O nome da esposa não é divulgado, outra marca expressiva da mulher que não tem direito de sequer ser nomeada.

Outro grupo de mulheres muito mencionado são as viúvas que, por vezes, não têm seus nomes explicitados na narrativa, como quando é relatado o falecimento do livreiro Manoel Mandillo: “deixa dívidas, que os mais afoitos vão cobrar à viúva. Esta, através de nota publicada

na imprensa, esclarece que o novo proprietário adquirira a livraria com todos os seus débitos.” (Machado, 2012, p.29). E mais à frente na narrativa, tem-se “O negócio [livraria de Campos Belo] se mantém estável e próspero até a sua morte, em 1830 ou 1831, quando sua esposa cria a firma *Viúva Campos Belos*.” (Machado, 2012, p. 31, grifo nosso). Na página 101 sabemos da morte do responsável pela Livraria Contemporânea quando “a partir de 1890, a firma adota a razão social *Viúva Fauchon & Filhos*” (Machado, 2012, p. 101, grifo nosso). Não há maiores informações sobre a história da viúva. Machado também relata o caso do alfarrabista Joaquim Cunha, exímio leiloeiro, que ficara viúvo e o estabelecimento é mantido pela viúva e o filho: “Falece prematuramente em 1908. A livraria passa a ser administrada pela mulher e o filho, Joaquim da Cunha Jr. Com a nova dupla, os livros “para homens [...] ganham um grande destaque nos anúncios da casa [...]” (Machado, 2012, p.110-111, grifo nosso). Nesse excerto vemos livros voltados ao público masculino (textos eróticos e pornográficos) sendo vendidos por uma mulher. Ao contrário de seu filho, seu nome não é citado na obra, o que nos mostra ilustrativamente o apagamento das mulheres.

É interessante pontuar que, com a morte dos maridos, o nome do empreendimento — que via de regra tinha o nome e sobrenome do livreiro — não passava para o da mulher, apenas acrescia-se a palavra “Viúva”, mesmo que gerenciadas por essas. É o caso de “*D. Tereza Joaquina de Jesus Mandillo*” (Machado, 2012, p. 51, grifo nosso), primeira mulher que figura como dirigente da livraria Francisco Carlos de Vasconcelos Mandillo, na Rua da Quitanda 154, em 1842. Apesar da menção, não há mais informações sobre ela. Outra viúva que aparentemente atuou nos negócios localizado em 1898, “com a morte de José Gomes de Azevedo, forma-se uma nova firma, *Viúva Azevedo & Ca.*, tendo como sócios *Maria Carolina de Azevedo*, seus dois filhos Alfredo Gomes de Azevedo e Oscar Gomes de Azevedo, e Felicíssimo José Fernandes Machado, gerente da casa”. (Machado, 2012, p. 51, grifo nosso), 1902, Oscar e Felicíssimo desfazem a parceria e a casa é gerenciada pela livreira até seu falecimento. No local, são vendidos postais pintados do natural por *Josana Valentina*. Esta e a pintora *Djanira*, mencionada em outro excerto (Machado, 2012, p. 196, grifo nosso), são as únicas artistas plásticas citadas até 1970 na obra. No tocante à livraria, depreendemos que Maria Carolina foi a gestora da livraria e, ainda, dava espaço para trabalhos feitos por outras mulheres.

Mais uma viúva é citada quando é mencionada a Livraria Comercial, uma das mais tradicionais da época, especializada na área médica, registrada no ano de 1846 por Nicolau Henrique Soares. Com sua morte, em 1873:

a firma passa a se chamar Soares & Niemeyer, tendo como sócios o general Conrado Jacob de Niemeyer, ex-combatente da guerra do Paraguai, e sua esposa *D. Francisca de Niemeyer Soares*, viúva do antigo proprietário, que assim continua casada com livreiro (Machado, 2012, p. 69, grifo nosso).

Um fato curioso, porém, não isolado, é o segundo casamento ser realizado com o homem que substitui o primeiro marido nos negócios, indiciando que parte do dote nestes casos era a casa comercial. O mesmo ocorre com a viúva de Pedro Quaresma, *Ana da Silva Quaresma*, que, em 1921, se casa com “José Fernandes de Matos, gerente da loja, [que] assume de forma integral a direção do negócio, casando-se inclusive com a dona, viúva do antigo proprietário” (Machado, 2012, p. 185).

Para além das viúvas mencionadas, um fato curioso ocorre entre os anos de 1905 e 1910 com a Livraria Nacional, que:

passa à firma S. J. Dantas, isto é, *Sofia Josefa Dantas*. É a primeira mulher a ter uma livraria registrada em seu nome, excetuadas as viúvas de livreiros. Monteiro reassume o controle da empresa em 1911. Seis anos depois, o livreiro morre e o negócio passa para o seu filho, Luís Gabriel Monteiro, [...] (Machado, 2012, p. 138, grifo nosso).

Apesar de ser a primeira registrada no nome de uma mulher, não temos indícios se ela chegou a ser gerida por Sofia ou se foi apenas uma manobra burocrática, uma vez que quem seguiu tocando os negócios após o falecimento do patriarca, foi o filho.

No posto de proprietárias de livrarias, as mulheres só reaparecem nos anos de 1950 acompanhadas por seus maridos. É o caso da Livraria Francesa, fundada inicialmente em São Paulo “pelo casal de imigrantes franceses Paul-Jean e *Juliette Monteil* [...] sendo considerada a maior livraria de livros franceses fora da França.” (Machado, 2012, p. 270, grifo nosso). Abrem uma filial mais modesta no Rio de Janeiro em 1950. Já a Leonardo Da Vinci abre as portas em 1952 e também é voltada para livros importados. “Os fundadores, Andrei Duchiate e *Giovanna Piraccini*, são pessoas de formação universitária, afáveis, que gostam de ler e não apenas de

vender livros” (Machado, 2012, p. 269, grifo nosso). Com a prematura morte do marido, Vanna Piraccini administrou a livraria até 1996. É válido perceber que os dois casais mencionados são imigrantes, o primeiro francês e o segundo italiano. A Europa sofria uma forte recessão econômica devido à Segunda Guerra Mundial, motivando o aumento de imigrações.

Outro grupo de mulheres que são citadas na obra de Machado (2012) são as caixas e balconistas, porém nem sempre com o nome completo. A primeira menção é a mais extensa, e ocorre na livraria Francisco Alves no início do século XX. Relatando sobre o círculo de sociabilidade da casa, é mencionada a presença de Emílio Meneses:

Em certa ocasião, uma das caixas da casa, *Maria Mariantes*, pede-lhe para inaugurar o seu álbum de autógrafos. Quando o poeta sai, a moça vai ver o que ele havia escrito e não encontra nada. No dia seguinte, reclama, e o poeta lhe mostra uma dedicatória autografada escondida num canto da última página. ‘Escrevi ali para ninguém ver’, disse Emílio. (Machado, 2012, p. 142, grifo nosso).

Além desta passagem, a “zelosa caixa *Marieta*” (Machado, 2012, p. 217, grifo nosso) é mencionada na narrativa sobre a José Olympio nos anos de 1930. Já nos anos de 1940, na Casa do livro, encontra-se “Ao longo das estantes repletas, as bancadas compridas se alongam até o fundo da loja. Ali fica o caixa, a cargo de dona *Matilde*. É uma livraria barulhenta, onde há um perpétuo zum-zum. Parece que todos os empregados se expressam em voz alta” (Machado, 2012, p. 236, grifo nosso). Apesar do Estatuto da Mulher Casada, as mulheres podiam atuar em determinados ofícios desde a Constituição de 1932, em postos subalternizados e ganhando menores salários. Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, no artigo *Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção* (2006), aponta as profissões feminizadas: “[...] é o doméstico, o ensino, a saúde, funções burocráticas de escritório (datilógrafa, taquígrafa, telefonista, recepcionista, arquivista), o comércio (balconista, vendedora), e ainda o bancário-financeiro a partir de 1970” (Lopes, 2006, p. 245). Dessa forma, acreditamos que muitas mulheres atuaram nas livrarias, mas pouco foi registrado a esse respeito, como pode-se ver na ausência de sobrenomes.

Em maior número encontramos escritoras participantes dos círculos de sociabilidade. É curioso que, desde 1830, Machado (2012) já aponta as mulheres como o maior público leitor, porém elas só começam a frequentar as livrarias muito tempo depois. Isso nos faz crer que as mulheres poderiam até passar pelas lojas, acompanhadas por mucamas e familiares, mas não

era de bom-tom passar maior tempo nos estabelecimentos. O circuito livreiro era excludente e reservado aos *homens de letras*. Para ilustrar, trazemos um excerto de Machado (2012) que refere-se à Livraria de Paula Brito, um espaço reconhecidamente valioso para intelectuais da metade do século XIX:

Ali funciona uma das mais sadias organizações cariocas, descontraída, alegre, cordial, a Petalógica, uma espécie de clube inglês, sem estatutos, temperado com a malícia e a alegria brasileira. *Só entram homens*, que ali vão conversar sobre tudo, fazer piadas, rever os amigos. Aos sábados, reúnem-se nos bancos da praça, defronte da loja, para longos debates sobre literatura. (Machado, 2012, p. 80, grifo nosso).

A primeira escritora citada é a italiana *Gina Lombroso*, quando visita a Livraria Garnier em 1907. No início do século XX, figura uma longa passagem protagonizada pela crítica *Corina Coaraci* que publicou um artigo afirmando que Mallet deturpou o texto de Shakespeare. A discussão entre ambos na Livraria Garnier é relatada com minúcia. A mãe de João do Rio, *D. Florência Barreto* também é trazida na história dessa livraria, em um diálogo com Machado de Assis: “dirige-se a ele, um tanto afoitamente, querendo saber a sua opinião sobre o filho. Machado não sabe a quem ela se refere.” (Machado, 2012, p. 146). Na história da Livraria Quaresma, muito tradicional no Rio de Janeiro nos idos de 1870 até 1920, não há menções a mulheres, exceto pela passagem sobre o ministro “Alarico da Silveira, pai da futura romancista *Dinah Silveira de Queirós*, [que] tem uma poltrona especial.” (Machado, 2012, p. 187, grifo nosso).

Já referindo-se à Livraria Francisco Alves, a escritora *Júlia Lopes de Almeida* é citada como participante dos círculos de discussão no local: “Outros frequentadores assíduos são Coelho Neto, Olavo Bilac, Bento Faria (ministro do Supremo Tribunal), Alberto de Oliveira, [...] Emílio de Meneses.” (Machado, 2012, p. 142). A livraria, muito tradicional, é uma das poucas que ultrapassa 100 (cem) anos de vida, permanecendo por 50 (cinquenta) anos no mesmo ponto físico. “A jornalista *Leny Werneck*, frequentadora da livraria nos anos 1960, depõe comovida: ‘Como era bonita aquela casa, com sua fachada bem desenhada e a entrada larga ladeada por duas vitrines discretas’” (Machado, 2012, p. 256-257).

Em 1931, *Rachel de Queiroz*, em uma temporada de férias no Rio de Janeiro, frequenta a livraria de seu editor Schmidt, apesar do não pagamento de seus direitos autorais (Machado,

2012, p. 212). Entre o período de 1933 e 1945, tempo de funcionamento do sebo de Jacinto Ribeiro dos Santos — espaço predominantemente frequentado por juristas —, *Gilka Machado* é citada acompanhada por seu marido. Em 1940, ao tratar do esplendor dos sebos, Machado menciona: “Desejando presentear o marido, Stefan Zweig, com as obras completas de Balzac, *Lotte* sai em peregrinação pela Rua São José, onde localiza uma edição francesa em 24 volumes” (Machado, 2012, p. 253, grifo nosso).

Já *Lia Corrêa Dutra* figura entre as participantes do circuito da José Olympio, observando o flerte de Graciliano Ramos com mulheres que entravam nas livrarias. A casa livreira, “Ruidosa, [...] sabe ser também acolhedora, sempre aberta a artistas de outros Estados.” (Machado, 2012, p. 218) e recebe a visita de Oswald de Andrade, em lua-de-mel com a esposa *Maria Antonieta d'Alkmin*, em 1943. Enquanto isso, “no dia 9 de dezembro de 1954, a Livraria da Revista Forense inaugura a sua nova loja, com a presença de escritores (*Adalgisa Nery, Dinah Silveira de Queiroz*), ministros, políticos. É um espaço moderno [...]” (Machado, 2012, p. 275, grifo nosso).

No período áureo da Livraria São José, início dos anos 1960, “a esquiva *Clarice Lispector*” (Machado, 2012, p. 280, grifo nosso) aparece como frequentadora. No local acontece um desentendimento entre um livreiro e Carlos Drummond de Andrade por causa de sua namorada *Lígia Fernandes*. E, também, ocorrem muitos lançamentos, uma vez que o livreiro Carlos Ribeiro, filho da baiana *Joana F. Leite*, é um exímio administrador e pioneiro na prática. Um dos momentos citados como mais memoráveis é o: “lançamento da segunda edição do *Itinerário de Pasárgada*, em 18 de abril de 1957, quando o poeta completa 71 anos. Eufórico, Manuel Bandeira vê ‘a mais simpática loja de livros da cidade repleta de poetas dos dois sexos’”. (Machado, 2012, p. 283). *Stella Leonardos* é mencionada como a pessoa que levou velas para o bolo de aniversário. A autora aparece posteriormente, em uma tarde de autógrafos coletiva com 19 (dezenove) escritores lançando seus livros:

Augusto Meyer, Gustavo Barroso, Gondin da Fonseca, *Heloneida Studart*, Ivan Lins, Josué Montello, João Uchoa Cavalcanti, Ledo Ivo, Manuel Bandeira, Murilo Araújo, Manuel Esteves, Milton E. Mendes, Oton Moacir Garcia, Osvaldino Marques, Otávio Mora, Paulo Pinheiro Chagas, Paulo Rónai Paulo Gomide, *Stella Leonardos*. (Machado, 2012, p. 284, grifo nosso ).

Poucas mulheres são citadas em meio a um grande número de homens nos lançamentos, assim como quando são citados frequentadores que “aparecem sem periodicidade certa, como Otávio Tarquínio de Sousa, *Lúcia Miguel Pereira*, Josué Montello”. (Machado, 2012, p. 279, grifo nosso). As mulheres são pouco narradas, mas estão sempre presentes na São José. No lançamento de *O Ato e o Fato*, um livro de resistência política, do autor Carlos Heitor Cony, lançado “no dia 15 de julho de 1964, quando o regime militar começa a apertar o torniquete na população.” (Machado, 2012, p. 284). *Niomar Moniz Sodré*, proprietária do Correio da Manhã, compareceu. Outro lançamento que merece destaque é o livro *Lampião, Cangaço e Nordeste* da professora pernambucana *Aglae Lima de Oliveira*. “Torna-se uma das figuras mais populares da cidade ao participar do programa de televisão [...] da TV Tupi. [...] A sua tarde de autógrafos é uma consagração, e uma ótima recompensa em direitos autorais. Parece que se está no Nordeste, com a presença de cantadores”. (Machado, 2012, p. 284). Carlos Ribeiro, “na década de 1950, cria a Editora Festa, responsável pelo lançamento de uma coleção de discos, com poemas lidos pelos próprios autores.” (Machado, 2012, p. 285) publicando autores como Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, *Cecília Meireles*, Augusto Frederico Schmidt e Pablo Neruda.

Entre os frequentadores da São José, uma mulher aparece com muito destaque, sendo citada oito vezes: *Eneida*. A autora, responsável pela obra *Alguns personagens* publicada em 1954, aparece tanto como bibliografia quanto como frequentadora em várias passagens no cotidiano:

Há os que aparecem pela manhã e os que gostam de buquinar à tardinha. Neste grupo, estão Jorge Amado, Plínio Doyle, Benedito Valadares. No primeiro time, figuram Manuel Bandeira, Augusto Meyer e Aurélio Buarque de Holanda. *Eneida*, integrante da turma da manhã, admite frequentar a São José todos os dias, como um vício, antes de correr outras livrarias. Vez em quando, lá está ela presente ao ‘cotidiano cavaco das dezessete horas’. (Machado, 2012, p. 279, grifo nosso).

Para seu livro, entrevistou Carlos Ribeiro: “[...] *Eneida*, baseada no depoimento do livreiro, diz que em 1922 ele já ocupa este cargo. É claramente uma traição de memória do depoente.” (Machado, 2012, p. 288, grifo nosso); “Em 1954, segundo *Eneida*, a São José tem um estoque de mais de cem mil volumes. A compra diária é de cerca de quinhentos livros, metade

dos quais sai no mesmo dia (Machado, 2012, p. 282, grifo nosso). “Em depoimento a *Eneida*, Carlos Ribeiro lembra que naquela época os escritores não possuíam bibliotecas, mas autênticas livrarias.” (Machado, 2012, p. 298, grifo nosso). Os depoimentos supracitados foram utilizados como fonte por Ubiratan Machado.

É perceptível que a cronista estabeleceu um vínculo com Carlos Ribeiro quando observamos as seguintes passagens:

“[...] tem também deformações profissionais incompreensíveis para um apaixonado pelo livro, como a de ‘arrancar as páginas de ofertório’ e a de permitir à cronista Eneida, ‘um pouco dona da casa’, completar ‘a verificação, arrancando por sua conta as dedicatórias curiosas, para incorporá-las à sua coleção’” (Machado, 2012, p. 291, grifo nosso).

Um pouco dona da casa, influenciou na ideia bem sucedida das tardes de *autografação*, depois de ver tais eventos em Paris. Em 1957, lança o livro *Aruanda* no local em uma festa popular com repentistas paraibanos. Por fim, o caso mais inusitado que envolve a escritora é em uma discussão na livraria:

Certa tarde, o peso pesado Osvaldo Orico, enfurecido com os inesgotáveis venenos do peso pena Marques Rebelo, parte para cima do romancista carioca. Os dois rolam pelo chão, entre dois balcões de livros franceses. Eneida tenta intervir, ganhando alguns hematomas.” (Machado, 2012, p. 220, grifo nosso).

Passando às outras mulheres presentes no livro, tem-se a menção à *Attia Curi*, que foi uma das sócias financiadoras da filial de Copacabana da Entrelivros, uma rede de livrarias que se consolidou em 1965. É a primeira mulher citada como parte de uma sociedade sem a referência de um marido ou filho na sequência. Coincidência ou não, isso nos leva a crer que há ligação com os *novos tempos*, já que o Estatuto da Mulher Casada não vigorava mais. Em 1968 é citada a presença da química *Aida Espíndola* na livraria especializada em livros técnicos e científicos Interciência. O estabelecimento, depois da morte do fundador, é gerenciado por “sua esposa, *Nise Salgado Nascimento*, e o filho do casal, *Edson Nascimento Pereira*” (Machado, 2012, p. 319).

Por fim, uma menção não agrupada às anteriores é a de *Daphne Maurier*, escritora de *Rebeca*. Ela não figura dentro da narrativa de uma livraria específica. Seu nome é citado por

causa de uma discussão sobre o uso de publicidade radiofônica na divulgação de títulos nos anos de 1940. Utilizam, também, de cartazes, notas em jornais e uma disposição mais arrojada das vitrines, mostrando a modificação da mentalidade sobre os livros na época: passa a ser visto como uma mercadoria capitalista que exige esforços para serem vendidos, Machado (2012).

Diante das nossas análises e dos dados minuciosos sobre a falta de registros, de informações detalhadas, de papel de destaque às mulheres, sobretudo livreiras, encontramos na pesquisadora Constância Lima Duarte trechos que vão ao encontro de nossos questionamentos:

Enquanto os homens dominavam o espaço público, as mulheres permaneciam confinadas em suas casas, analfabetas, cuidando unicamente de afazeres relacionados à família e submetidas a uma ordem patriarcal que estabelecia sua inferioridade. Vejam, estou me referindo às mulheres da elite, pois a experiência vivida pelas mulheres negras, escravizadas ou libertas, foi muito diferente. Até as últimas décadas do século XIX, e mesmo nas primeiras do XX, ainda causava espanto uma mulher manifestar o desejo de ter independência financeira, querer votar, fazer um curso superior! E a publicação de uma obra de autoria feminina costumava ser recebida com desconfiança ou, na melhor das hipóteses, com certa condescendência pelo público leitor masculino. Afinal, era só uma mulher escrevendo, deviam pensar os que pregavam a inferioridade mental, moral e física do gênero feminino. (Duarte, 2022, p. 15).

A vasta pesquisa de Duarte (2016) sobre as mulheres inseridas na cultura letrada brasileira surpreende com os 143 (cento e quarenta e três) títulos de revistas e jornais femininos e feministas que circularam no país ao longo do século XIX, mas vale destacar que nem todos eram feitos por mulheres, alguns eram para mulheres. No censo de 1872 realizado no Brasil, 81,43% da população era analfabeta; apenas 19,85% dos homens eram alfabetizados e 11,5% das mulheres. Dentre os escravizados, menos de 1% sabiam ler e escrever. Portanto, as publicações dessa época destinavam-se a poucos brasileiros de prestígio.

Com o passar das décadas, segundo Duarte (2016), os movimentos de mulheres tiveram maior visibilidade e concretização, sobretudo em 1830, 1870, 1920 e 1970, ou seja, uma margem temporal de, aproximadamente, 50 (cinquenta) anos para romper barreiras, mesma época em que temos os registros quase inenarráveis de mulheres livreiras.

## Considerações Finais

Dossiê **O livro hoje: leitura e diversidade** - <https://revistaecopos.eco.ufri.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 27, n. 2, 2024

DOI: 10.29146/eco-ps.v27i2.28245

Depois da análise criteriosa de como foram citadas as mulheres na obra *História das livrarias cariocas* de Ubiratan Machado até a década de 1970, chegamos à conclusão de que das 65 (sessenta e cinco) mulheres presentes no índice onomástico do período, 17 (dezesete) são escritoras, 11 (onze) esposas, 7 (sete) viúvas proprietárias<sup>4</sup> (duas estrangeiras em parceria com seus maridos), 4 (quatro) familiares (mães ou filhas), 3 (três) atendentes, 2 (duas) artistas plásticas, uma química, uma prostituta e uma proprietária de jornal. No total são mencionadas 47 (quarenta e sete) mulheres no corpo de texto e 18 (dezoito) estão presentes nas referências bibliográficas ao final de cada capítulo.

Trouxemos um breve panorama do cenário livreiro até a década de 1970 para contextualizar a discussão, mostrando a evolução desse comércio desde o período anterior à Imprensa Régia (período que encontramos as primeiras mulheres), até o princípio da formação de redes de livrarias (como no caso de Attia Curi, sócia da Entrelivros).

Por fim, observando a profícua obra de Machado, sob a perspectiva de gênero, é notória a discrepância no número de menções a homens (1598) se comparada às mulheres (213). A prevalência de escritoras no contexto denota que o ofício trazia certo *status quo* que as alçaram a um local de prestígio — ao ponto de serem citadas em jornais e fontes históricas. É notório, também, como a maioria das agentes relacionadas diretamente às livrarias ocupam locais menos prestigiosos quando mencionadas (não aparecendo em destaque no sumário, por exemplo). No caso de algumas livrarias, devido ao pequeno tamanho dos empreendimentos e o perfil familiar, acreditamos que as esposas dos proprietários atuavam ativamente na recomendação de livros e na práxis cotidiana, porém não tiveram suas histórias narradas.

Retomando as tipologias de Ribeiro (2020), entendemos que grande parte das mulheres que ocuparam a função de atendentes e, possivelmente, de livreiras (como responsáveis pela indicação de títulos) infelizmente têm suas histórias apagadas e *inenarradas*. Nos três casos que essas aparecem, não são apresentados seus nomes completos, dificultando qualquer busca por vestígios de suas histórias. Já as proprietárias que conseguiram ter negócios em seus nomes ou foram familiares próximas de livreiros de renome, encaixam-se na categoria de *subnarradas*, sendo possível o resgate de suas histórias com (bastante) esforço. O único caso de *seminarrada*, em nosso entendimento, é o de Giovanna Piraccini, que tem sua

---

<sup>4</sup> Outras duas aparecem no texto, mas não aparecem nesse levantamento porque não são citadas nominalmente.

história aprofundada nos anos posteriores do livro devido à importância de sua livraria. Sobre a livreira, também encontramos a dissertação de Flávia Maria Zanon Baptistini, defendida em 2017, *Livrarias, Memória e Identidade: a importação de livros no Brasil e a trajetória da Livraria Leonardo Da Vinci*, no Rio de Janeiro.

Assim, diante dos dados expostos, ratificamos a falta de equidade no campo livreiro e uma práxis que se sustentou nos moldes eurocêntricos impostos, tendo como protagonistas homens, brancos e suas livrarias situadas em regiões geográficas de prestígio. Há, portanto, hoje, o desafio e a emergência de se repensar e de se adotar possíveis práticas decoloniais que possam se alinhar às necessidades contemporâneas. Para isso, é necessário, então, rever com olhos decoloniais as práticas colonizadoras que nos foram impostas e reeditar novas histórias.

## Referências

- ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros *in* BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 41-66.
- BAPTISTINI, Flávia Maria Zanon. *Livrarias, memória e identidade: a importação de livros no Brasil e a trajetória da livraria Leonardo da Vinci no Rio de Janeiro*. 2017. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18946/Flavia\\_LDV\\_disserta%C3%A7%C3%A3o\\_v7\\_final\\_comtudo.pdf](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18946/Flavia_LDV_disserta%C3%A7%C3%A3o_v7_final_comtudo.pdf). Acesso em: 14 maio 2024.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador - conversações com Jean Lebrun*. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Unesp, 1998. 159 p.
- DUARTE, Constância Lima (org.). *Memorial do memoricídio: escritoras brasileiras esquecidas pela história*. Belo Horizonte: Editora Luas, v. 1, 2022.
- DUARTE, Constância Lima. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX - Dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- LUGONES, María. Subjetividade escrava, colonialidade de gênero, marginalidade e múltiplas opressões. In: MARIM, C.; CASTRO, S. (org.). *Políticas de resistência: homenagem à Maria Lugones*. Fundação Fênix: Porto Alegre, 2020a. 17-42.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020b. p. 103-119.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *cadernos pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp.405-430. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Yyqvmv4gkq449zL5p3CtH8j/#>. Acesso em: 14 maio 2024.

MACHADO, Ubiratan. *História das Livrarias Cariocas*. São Paulo: Edusp, 2012.

MINDLIN, José. Impressão Régia: seu significado e suas realizações. in BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (Orgs.). *Impresso no Brasil*. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2008. p. 18-21.

RIBEIRO, Ana Elisa. *Subnarradas: mulheres que editam*. Zazie Edições: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/ANA-ELISA-RIBEIRO-7.pdf>. Acesso em: 14 maio 2024.

SOUZA, Carlos Alexandro de Carvalho. *Diferenciação, digitalização e marketplace: transformação das práticas dos agentes construtores do campo da oferta varejista editorial brasileira*. 2022. 222 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

---

**Leticia Santana Gomes** - Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop  
Doutora em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. (CEFET-MG). Mestre em Estudos de Linguagens, Cefet-MG. Graduada em Letras, Cefet-MG. Professora substituta na Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).  
E-mail: [leticiasantanag@gmail.com](mailto:leticiasantanag@gmail.com)

**Samara Mirian Coutinho** - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet-MG  
Doutoranda em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. (CEFET-MG). Graduada em Letras, Cefet-MG.  
E-mail: [samaramirian88@gmail.com](mailto:samaramirian88@gmail.com)